



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

INSTRUMENTO CONTRATUAL Nº 041/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE DO PROGRAMA DE RENOVAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PRÓ-GESTÃO) DOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO-SEFAZ E A EMPRESA AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, neste ato pela **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO-SEFAZ**, situada na Av. Presidente Vargas nº 670, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 42.498.675/0001-52, representado neste ato pelo Senhor Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento, **LUIZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES**, portador da cédula de identidade nº 73943920, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o n.º 981.962.007-49 doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S – EPP** situada na Avenida Governador Agamenon Magalhães nº 2615 – Sala 1503 – Condomínio Empresarial Burle Marx, Bairro Boa Vista, Cidade Recife - PE e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.254.307/0001-35, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA**, brasileiro, casado, bacharel em Ciências Contábeis, cédula de identidade nº 1.712.239, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 193.602.664-34, domiciliado na Avenida General Mac Arthur, 235, Boa Viagem, Recife – PE, CEP 51.150-400, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE DO PROGRAMA DE RENOVAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA**

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, nº 670 / 11º andar – Centro / Rio de Janeiro / RJ – 20071-001
Telefones: (21) 2334-4790 / 2334-4782



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PRÓ-GESTÃO) DOS EXERCÍCIOS DE 2016 E 2017, com fundamento no processo administrativo nº E-04/208/100009/2018, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços de auditoria externa independente do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro (Pró-Gestão) dos exercícios de 2016 e 2017, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório na forma que segue:

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **02 (dois) meses**, contados a partir de **17/12/2018**, desde que posterior à data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial, valendo a data da publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, nº 670 / 11º andar – Centro / Rio de Janeiro / RJ – 20071-001
Telefones: (21) 2334-4790 / 2334-4782



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato;
- e) garantir o acesso a toda documentação que possa ser de ajuda para este serviço, desde que haja uma requisição prévia, por escrito, incluindo detalhes de quais elementos serão utilizados. Nenhuma outra assistência será oferecida senão aquelas já descritas no Termo de Referência (anexo I);
- f) Disponibilizar ao Contratado, livres de qualquer encargo, os serviços e as instalações: Sala na sede da Secretaria para acomodar a equipe de auditores, com mesas e cadeiras; Ponto de rede, com acesso à internet e impressora local; e Veículo com motorista para as viagens que se fizerem necessárias para visitas aos projetos desenvolvidos nos Municípios fora da sede;

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, nº 670 / 11º andar – Centro / Rio de Janeiro / RJ – 20071-001
Telefones: (21) 2334-4790 / 2334-4782



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE); (alínea alterada pela Resolução PGE nº 3.369/2013 de 17.06.2013);
- n) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- o) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91; (alínea incluída pela Resolução PGE nº 3.996 de 13.12.2016);
- p) na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: (alínea incluída pela Resolução PGE nº 3.996 de 13.12.2016);

- I - até 200 empregados..... 2%;
II - de 201 a 500..... 3%;
III - de 501 a 1.000..... 4%;
IV - de 1.001 em diante. 5%.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Natureza das Despesas: 3390.35.01

Fonte de Recurso: 100

Programa de Trabalho: 2001.04.122.0002.2016

Nota de Empenho: 2018NE00481

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de **R\$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais)**.

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, nº 670 / 11º andar – Centro / Rio de Janeiro / RJ – 20071-001
Telefones: (21) 2334-4790 / 2334-4782



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pela Superintendência de Administração e Finanças, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos **PARÁGRAFO SEGUNDO** ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscientos reais)**, em 02 (duas) parcelas, sendo 50% (cinquenta por cento) no primeiro mês no valor de **R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais)**, e 50% (cinquenta por cento) no segundo mês no valor de **R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais)**, por boleto bancário, conforme cronograma físico financeiro abaixo:

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, nº 670 / 11º andar – Centro / Rio de Janeiro / RJ – 20071-001
Telefones: (21) 2334-4790 / 2334-4782



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

Produtos		Meses	
		1	2
P1	Plano de Auditoria	50%	
	Relatório provisório		
P2	Relatório definitivo		50%

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à Divisão de Protocolo, sito situada na Av. Presidente Vargas, nº 670, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **INPC** (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo **IPCA** (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR AMPLO), que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.

PARÁGRAFO NONO - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea *p*, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA : DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com A Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins deste item são assim consideradas:

I - retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do parágrafo primeiro, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do caput, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do parágrafo primeiro, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do parágrafo primeiro:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafo segundo da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do parágrafo primeiro:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do parágrafo primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do parágrafo primeiro, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do parágrafo primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta com a sanção de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Subsecretaria de Gestão da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento - SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do parágrafo primeiro, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento
Superintendência de Administração e Finanças

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2018.


Fábio R.A. Assunção
Subsecretário Geral de Fazenda e Planejamento
Id. nº 148533

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO – SEFAZ
LUÍZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S – EPP
LUCIANO GONÇALVES DE MEDEIROS PEREIRA

TESTEMUNHAS:

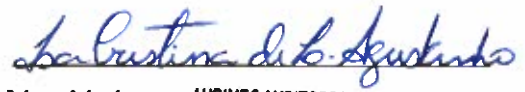
Identidade

CPF:



Identidade

CPF:


AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES
Isa Cristina de Lima Agostinho
CPF: 030.982.094-66 CRA/PE nº 15.114
Assistente Administrativo



GRUPO DE DESPESA	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.707.250.533	4.163.133.376	2.253.628.041	2.703.834.184	2.716.345.033	4.684.734.658	4.650.741.650
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.654.546.928	1.591.829.052	2.243.803.157	2.757.949.583	2.158.183.884	2.107.092.192	2.092.449.211
INVESTIMENTOS/INVERSIÕES FINANCEIRAS	823.171.608	855.182.333	855.182.333	985.467.706	236.157.792	236.157.792	470.981.434
JUROS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	29.888.996	30.468.412	30.247.015	29.783.323	33.714.363	30.922.663	31.580.976
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	5.414.857.967	7.040.471.173	5.992.930.246	6.477.933.781	5.142.499.872	5.099.864.213	6.835.752.269

M 2091550

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 211 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIAS PARA PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII e o § 1º do art. 82 da Lei nº 287, de 04.12.79 (Código de Administração Financeira e Contábil Pública do Estado do Rio de Janeiro), e tendo em vista o disposto no art. 14 do Decreto-Lei nº 239, de 21.07.75, e no Parágrafo Único do art. 35 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 3.145, de 25.04.80.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada a FÁBIO RODRIGO AMARAL DE ASSUNÇÃO, Identidade Funcional nº 4405857-8, Subsecretário Geral de Fazenda e Planejamento, competência para a qualidade de ORDENADOR DE DESPESAS, autorizar, transferir e movimentar recursos financeiros à conta dos Programas de Trabalho das Unidades Organizacionais que integram a estrutura básica desta Secretaria de Estado.

Art. 2º - A presente delegação outorga a autoridade indicada no caput do art. 1º desta Resolução, competência para praticar todos os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, que aprovou o Código de Administração Financeira e Contábil Pública do Estado do Rio de Janeiro, e também para:

I - autorizar a abertura de licitações, aprovar os respectivos resultados e adjudicar os objetos do certame, bem como anulá-los e revogá-los;

II - assinar contratos decorrentes de procedimentos licitatórios ou não, e autorizar reajustamentos previstos em lei e regulamentos;

III - dispensar licitações e reconhecer os casos de ineligiibilidade;

IV - autorizar a emissão de notas de empenho, emitir ordens de pagamento e cheques nominativos bem como movimentar contas e transferências financeiras em nome desta Secretaria de Estado;

V - assinar os processos administrativos relativos em lei, inclusive as penalidades quando verificadas descumprimentos de obrigações contratuais, inclusive adimplência de prazos nos casos de fornecimento de materiais, prestações de serviços e execuções de obras;

VI - autorizar a concessão de adiantamentos e aprovar ou impugnar as respectivas prestações de contas;

VII - reconhecer dívidas;

VIII - autorizar a aquisição de passagens aéreas;

IX - autorizar a concessão do dadas;

X - assinar a de ato concessivo de aposentadoria e respectiva fixação de proventos, inclusive quanto às aposentadorias por invalidez com proventos integrais;

XI - concessão de auxílio-funeral e auxílio-natalidade nos termos da norma padrão estabelecida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - atual Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento;

XII - concessão de abono de permanência;

XIII - responder pelas anotações da Lei Complementar nº 134, de 29 de dezembro de 2009 nas autuações e Impedimentos da Gestora do FAF (Fundo Especial de Administração Fazendária);

Art. 3º - Da presente Resolução será dado conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado, mediante ofício, no âmbito do art. 289 da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e aos órgãos de controle interno desta Secretaria.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 05 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2018

LUIZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES
Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento

M 2091636

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 212 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIA AO SUBSECRETÁRIO GERAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO PARA A PRÁTICA DOS ATOS QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO no uso das atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 44.481, de 22 de novembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada a FÁBIO RODRIGO AMARAL DE ASSUNÇÃO, Subsecretário Geral de Fazenda e Planejamento, Identidade Funcional nº 4405857-8, competência para os tempos do subseção no artigo 2º do Decreto 44.481, de 22 de novembro de 2013, praticar atos de concessão decorrentes de pedidos formulados por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando seus efeitos a contar de 05 de fevereiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2018.

LUIZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES
Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento

M 2091637

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 213 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE AS NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA A ADEQUAÇÃO DAS METAS FISICAS E A ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL - PPA CONFORME DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 8º da Lei nº 7.211/2018, que institui o Plano Plurianual - PPA 2016-2019, no art. 8º da Lei nº 7.843/2018, que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual 2016-2019, no art. 56 da Lei nº 101/2008 - Lei de Responsabilidade Fiscal, no inciso III do Parágrafo Único do art. 5º de Deliberação TCE-RJ nº 223/2002, que dispõe sobre a fiscalização desta Lei, no art. 42 da Lei nº 7.552/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, no Decreto nº 46.230/2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e as normas para execução orçamentária de 2018, no art. 8º inciso I e art. 7º inciso VII alínea "a" da Lei nº 12.527/2012 - Lei de Acesso à Informação e no art. 8º do Decreto nº 45.152/2015, que institui o Sistema de Planejamento e Orçamento do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro - SPO, alterado pelo Decreto nº 45.956/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Os órgãos e entidades estaduais poderão fazer a adequação das metas físicas da programação prevista para o exercício de 2018 na Lei 7.843/2018, que dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual 2016-2019 ou em leis específicas com o objetivo de adequação dos valores definidos no Decreto nº 46.230/2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e as normas para execução orçamentária de 2018.

§ 1º - A adequação das metas físicas deverá ser registrada por cada Unidade de Planejamento - UP no módulo Execução do PPA do Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão - SIPLAG.

§ 2º - As Unidades de Planejamento - UPs correspondem a cada órgão da Administração Pública direta e a cada entidade da Administração Pública indireta estadual, quando por meio de servidores com atribuições relacionadas ao processo de planejamento.

Art. 2º - As UPs informarão a realização das metas previstas para o exercício de 2018 com vistas a elaboração dos Relatórios Quadrimestrais e Anual de Execução do PPA.

§ 1º - São objetivos dos Relatórios Quadrimestrais e Anual do PPA

acompanhar o alcance das metas previstas no PPA e manter atualizadas as informações do desempenho físico das ações dos programas em cada município do estado.

§ 2º - As informações sobre a execução de Unidades de Planejamento, que sejam alvo de alterações na estrutura administrativa estadual até 31 de dezembro de 2018 ficarão sob a responsabilidade das Unidades que incorporarem suas atribuições.

Art. 3º - As informações serão inseridas por cada UP no módulo Execução do PPA do Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão - SIPLAG.

Art. 4º - Os Relatórios terão por base a estrutura de programas e ações aprovada na Lei nº 7.843 de 10 de janeiro de 2018, que institui a Revisão do PPA 2018, com as alterações estudadas em legislação específica.

Art. 5º - Os Relatórios de Execução Quadrimestrais serão compostos por informações acerca da realização física dos produtos e organograma das ações dos programas do PPA acumuladas no período.

§ 1º - As informações de execução física dos produtos terão como referência os valores orçamentários liquidados em cada ação, obtidos diretamente no SIAFE-Rio e disponibilizados no SIPLAG.

§ 2º - Todos os produtos terão a realização de suas metas físicas informadas por município. A exceção daqueles classificados como não regionalizáveis, por não possuírem execução física geograficamente delimitável.

§ 3º - Produtos não previstos na Revisão do PPA 2018 poderão ser incluídos nos Relatórios desde que estejam efetivamente em execução, conforme o disposto no art. 10 da Lei nº 7.211, de 18 de janeiro de 2016 e art. 6º Lei nº 7.843 de 10 de janeiro de 2018.

§ 4º - Os Relatórios de Execução Quadrimestrais consolidados serão divulgados em meio eletrônico de acesso público, conforme o disposto no § 9º do art. 42 da Lei nº 7.552, de 19 de julho de 2017 - LDO 2018.

Art. 6º - O Relatório de Execução Anual do PPA será composto por:

I - texto introdutório elaborado pelas Secretarias com informações sobre a programação realizada no exercício, incluindo de forma consolidada a programação de todas as entidades vinculadas, conforme orientação específica e ser divulgada pelo SUBPLO/SEFAZ;

II - anexo anexo pelo SIPLAG, consolidando a realização física dos produtos e organograma das ações dos Programas acumuladas no exercício de 2018.

§ 1º - O Relatório de Execução Anual do PPA será disponibilizado em meio eletrônico de acesso público, conforme o disposto no § 3º do art. 42 da Lei nº 7.552, de 19 de julho de 2017 - LDO 2018.

§ 2º - O Anexo mencionado no inciso II terá parte da prestação de contas do governo em atendimento à Deliberação TCE-RJ nº 223/2002.

Art. 7º - O lançamento das informações de cada UP será realizado por servidor indicado pelo Conselho Setorial de Planejamento e Orçamento, devidamente cadastrado e habilitado no módulo Execução do PPA do SIPLAG.

Parágrafo Único - A indicação de servidores não cadastrados deve ser feita através do e-mail logapp@fazenda.rj.gov.br, informando no ma, CPF, lotação, e-mail e telefone de contato do servidor bem como as Unidades de Planejamento que ficarão sob sua responsabilidade.

Art. 8º - Fica estabelecido o cronograma de atividades, na forma do Anexo desta Resolução.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2018

LUIZ CLAUDIO FERNANDES LOURENÇO GOMES
Secretário de Estado de Fazenda e Planejamento

M 2091642

ANEXO - Cronograma de Eventos
Adequação de Metas

Nº DA ATIVIDADE	DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
01	De 26/07 a 07/03	Lançamento no SIPLAG da adequação das metas físicas do PPA para 2018	UP

Relatório do Quadrimestre I

Nº DA ATIVIDADE	DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
01	Até 18/05	Lançamento no SIPLAG das metas físicas realizadas no 1º quadrimestre	UP
02	Até 25/05	Análise e ajustes finais das informações lançadas, em articulação com as Comissões Setoriais de Planejamento e Orçamento	SUBPLO/UP
03	Até 05/06	Consolidação do Relatório de Execução do Quadrimestre I e encaminhamento para publicação no site da SEFAZ	SUBPLO

Relatório do Quadrimestre II

Nº DA ATIVIDADE	DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
01	Até 24/10	Finalização do lançamento no SIPLAG das metas físicas realizadas no 2º quadrimestre	UP
02	Até 31/10	Análise e ajustes finais das informações lançadas, em articulação com as Comissões Setoriais de Planejamento e Orçamento	SUBPLO/UP
03	Até 09/11	Consolidação do Relatório de Execução do Quadrimestre II e encaminhamento para publicação no site da SEFAZ	SUBPLO

Relatório do Quadrimestre III e Anual

Nº DA ATIVIDADE	DATA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL
01	Até 25/01/2019	Finalização do lançamento no SIPLAG das metas físicas realizadas no 3º quadrimestre	UP

ATOS DO SECRETÁRIO
DE 06.02.2018

REMOVEDY FLAVIA MOUTINHO PEREIRA, Auditor Fiscal de Receita Estadual 1ª Categoria, Identidade Funcional nº 4323051-1, da Auditoria Fiscal Especializada - Barreiras Fiscais Trânsito de Mercadorias, da Gerência de Coordenação das Auditorias Fiscais Especializadas da Superintendência de Fiscalização da Subsecretaria de Estado de Receita de Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, para Posição de Controle Fiscal Estação Nhanguçu da Auditoria Fiscal Especializada - Barreiras Fiscais Trânsito de Mercadorias da Gerência de

Coordenação das Auditorias Fiscais Especializadas da Superintendência de Fiscalização, da Subsecretaria de Estado de Receita, de nome Secretário, com validade a contar de 01.02.2018. Processo nº E-04/034/176/2018.

REMOVEDY MONICA ALBERNAZ DE MIRANDA, Auditor Fiscal de Receita Estadual 1ª Categoria, Identidade Funcional nº 1955214-9, do Posto de Controle Fiscal Estação Nhanguçu, da Auditoria Fiscal Especializada - Barreiras Fiscais Trânsito de Mercadorias, da Gerência de Coordenação das Auditorias Fiscais Especializadas da Superintendência de Fiscalização da Subsecretaria de Estado de Receita de

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento para Auditoria Fiscal Especializada - Barreiras Fiscais Trânsito de Mercadorias, da Gerência de Coordenação das Auditorias Fiscais Especializadas da Superintendência de Fiscalização da Subsecretaria de Estado de Receita, da mesma Secretaria, com validade a contar de 01.02.2018. Processo nº E-04/034/176/2018.

REMOVEDY AMANDA VIVAS PRESAGRE DE MATOS, Auditor Fiscal de Receita Estadual 2ª Categoria, Identidade Funcional nº 4207269-7, da Auditoria Fiscal Regional Araruama da Gerência de Coordenação das Auditorias Fiscais Regionais do Interior e da Região Metropolitana

M 2091643

AVISOS, EDITAIS E
TERMOS DE CONTRATOS

Gabinete do Governador

GABINETE DO GOVERNADOR

INSTRUMENTO: Termo de Compromisso.
DATA DA ASSINATURA: 27 de dezembro de 2018.
PARTES: O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado TRIBUNAL, e o Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado ESTADO.
OBJETO: Cessão de Uso ao Tribunal das áreas a) 23.235,44 m², situada na Rua Ceará nº 401, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro; b) 10.000m², situada na Rua Francisco Eugênio nº 303 - São Cristóvão, Rio de Janeiro; e c) prédio Barão da Malva (antiga estação de Leopoldina).
REFERÊNCIA: Processo nº E-10/008/100648/2018.

M 2119372

Secretaria de Estado da
Casa Civil e Desenvolvimento Econômico

SUBSECRETARIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 012/2012.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2018.
PARTES: SUBSECRETARIA MILITAR DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e a EMPRESA UBER TAXI AEREO S/A.
OBJETO: Formalização de reasserimento ao Estado do Rio de Janeiro, pela empresa Lider T&A Aéreo S/A.
VALOR: R\$ 174.043,02 (cento e setenta e quatro mil quatrocentos e trinta e três reais e dois centavos).
ORDENADOR DE DESPESAS: Giber Gá da Conceição Silva - ID nº 2018484-6.
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Administrativo nº E-13/002/25/2017.
PROCESSO Nº: E-13/002/25/2017.

M 2119372

SUBSECRETARIA MILITAR

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2015.
PROCESSO Nº: E-13/001/07/2015.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2018.
PARTES: Subsecretaria Militar da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico e a Companhia de Locação das Américas.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto alteração de CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, SEGUNDA DO PRAZO, CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CLÁUSULA QUARTA DO PAGAMENTO, CLÁUSULA QUINTA DA RENÚNCIA AO REAJUSTE, CLÁUSULA SEXTA DO VALOR DO TERMO ADITIVO E DO CONTRATO, CLÁUSULA SÉTIMA DA GARANTIA E CLÁUSULA OITAVA DA RATIFICAÇÃO, cujo objeto consiste no serviço de locação de veículos, a ser executado pela Subsecretaria Militar da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico.
VALOR: R\$ 190.195,11 (cento e noventa mil cento e noventa e cinco reais e onze centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista o conteúdo no processo administrativo nº E-13/001/07/2015.
ORDENADOR DE DESPESAS: Giber Gá da Conceição Silva - ID nº 2018484-6.
PRAZO: 03 (três) meses, a contar de 01 de janeiro de 2019.
INSTRUMENTO: Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2015.
PROCESSO Nº: E-13/001/06/2015.
DATA DA ASSINATURA: 20 de dezembro de 2018.
PARTES: Subsecretaria Militar da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico e a Empresa P & P Turismo Ltda. - ME.
OBJETO: O presente contrato tem por objeto alteração de CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO, SEGUNDA DO PRAZO, CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CLÁUSULA QUARTA DO PAGAMENTO, CLÁUSULA QUINTA DA RENÚNCIA AO REAJUSTE, CLÁUSULA SEXTA DO VALOR DO TERMO ADITIVO E DO CONTRATO, CLÁUSULA SÉTIMA DA GARANTIA E CLÁUSULA OITAVA DA RATIFICAÇÃO, cujo objeto consiste no serviço de locação de veículos, a ser executado pela Subsecretaria Militar da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico.
VALOR: R\$ 190.195,11 (cento e noventa mil cento e noventa e cinco reais e onze centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações, tendo em vista o conteúdo no processo administrativo nº E-13/001/06/2015.
ORDENADOR DE DESPESAS: Giber Gá da Conceição Silva - ID nº 2018484-6.
PRAZO: 12 (doze) meses, a contar de 01 de janeiro de 2019.

M 2119372

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
INSTRUMENTO: Contrato AgênciADA nº 012/2018. **PARTES:** Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. e OPPORTUNITY SERVIÇOS EM GERAIS EIRELI. **OBJETO:** Serviço de limpeza, conservação, copagem, grampos e recepção. **VALOR:** R\$ 891.200,00.
DATA DA ASSINATURA: 21/12/2018. **PRAZO:** 24 meses. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-12/168/100047/2018.

M 2119376

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO: CONTRATO AGENERSA Nº 013/2018.
PARTES: AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA E A ECOLOGIA MUNICIPAIS E SERVIÇOS LTDA ME.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, HIGIENE, CONSERVAÇÃO E ATIVIDADES AUXILIARES.
ASSINATURA: 20 DE DEZEMBRO DE 2018.
DATA DE INÍCIO: 02 DE JANEIRO DE 2019.
VALOR GLOBAIS ESTIMADO: R\$ 288.000,00 (DUZENTOS E OITENTA E OITO MIL REAIS).
PRAZO: 24 (VINTE E QUATRO) MESES.
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 3º DA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002.
EMPENHO Nº: 2018/000033.
PROCESSO Nº: E-12/003/19/2018.

M 2119376

DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Termo de Ratificação ao 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 083/2015. **PARTES:** DETRAN/RJ e ATRIO RIO SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. **OBJETO:** Ratificação do Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira e da Cláusula Quinta do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 083/2015, que passaram a contar com as seguintes redações.
CLÁUSULA TERCEIRA (DO REAJUSTE)
PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aplicar-se o reajuste de 3,83% incidente sobre os custos decorrentes da mão de obra alocada exclusivamente no

contrato, em razão da Convenção Coletiva de Trabalho firmada em 2018/2019 com efeitos a partir de 01/03/2018, compreendendo o período de 01 de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2019, eis que o contrato considerou a proposta vinculada à data-base do referido instrumento.

CLÁUSULA QUINTA (DO PAGAMENTO)
INSTRUMENTO: Termo Aditivo, o CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total estimado de R\$ 7.953.918,82 (sete milhões, noventa e três mil novecentos e dez reais e sessenta e dois centavos) sendo R\$ 148.814,38 (cento e quarenta e oito mil e cento e quarenta reais e trinta e oito centavos) afeto aos períodos retroativos dos reajustes de preços ora concedidos, conforme apurado pela Coordenadoria de Finanças à folha 4.968, em parcela única, e o montante de R\$ 6.945.998,24 (seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) afeto à prorrogação contratual, conforme demonstrado pelo Estudo de Verificação de Economicidade de folhas 5.018/2018 em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor estimado de R\$ 578.758,02 (quinhentos e setenta e oito mil setecentos e cinquenta e oito reais e dois centavos) cada uma delas, mantendo-se as demais condições de pagamento.
GESTOR: Willian Pimentel Junior, ID Funcional nº 50871692. **DATA DA ASSINATURA:** 20/12/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** E-12/081/0874/2015.

M 2119608

DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 143/2018. **PARTES:** DETRAN/RJ e Essencial Serviços, Comércio e Manutenção EIRELI-ME. **OBJETO:** Reconhecimento, pelo DETRAN/RJ, dos serviços de serviços de aluguel de gerador 145 KVA (com fornecimento de Diesel e operação assistida) e fornecimento de cabos, no período de 28 de maio a 27 de julho de 2018, em substituição aos serviços de (i) a locação de 1.200 (um mil e duzentos) equipamentos PDA, 275 (duzentos e setenta e cinco) impressoras portáteis, 24 (vinte e quatro) conjuntos de microcomputadores e impressoras dejet, e 24 (vinte e quatro) mobiliários para retroguarda e servidores; (ii) a prestação dos serviços de manutenção preventiva e evolutiva dos programas de trabalho eletrônico para literatura e impressão de autos de infração, trânsito on-line incluindo licença de uso de T.E. e multas no período de 01 de setembro a 31 de outubro de 2018, conforme indicado nas Notas Fiscais nº 1278, 1279 e no Rápido 100, emitidas em 01/10/18; no Rápido nº 101 e nas Notas Fiscais nº 1239 e 1240 emitidas em 01/11/2018. **VALOR TOTAL:** R\$ 578.020,82 (quinhentos e setenta e oito mil e vinte reais e dois centavos). **NOTA DE EMPENHO:** 2018NE13005. **DATA DA ASSINATURA:** 27/12/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Estadual nº 287/79. **Decreto nº 1.141/80 e Arts. 59 e 60, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:** E-12/061/105289/2018.**

M 2119629

DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 145/2018. **PARTES:** DETRAN/RJ e Dectra Desenvolvimento e Consultoria de Informática Ltda. **OBJETO:** Reconhecimento, pelo DETRAN/RJ, dos serviços de (i) a locação de 1.200 (um mil e duzentos) equipamentos PDA, 275 (duzentos e setenta e cinco) impressoras portáteis, 24 (vinte e quatro) conjuntos de microcomputadores e impressoras dejet, e 24 (vinte e quatro) mobiliários para retroguarda e servidores; (ii) a prestação dos serviços de manutenção preventiva e evolutiva dos programas de trabalho eletrônico para literatura e impressão de autos de infração, trânsito on-line incluindo licença de uso de T.E. e multas no período de 01 de setembro a 31 de outubro de 2018, conforme indicado nas Notas Fiscais nº 1278, 1279 e no Rápido 100, emitidas em 01/10/18; no Rápido nº 101 e nas Notas Fiscais nº 1239 e 1240 emitidas em 01/11/2018. **VALOR TOTAL:** R\$ 578.020,82 (quinhentos e setenta e oito mil e vinte reais e dois centavos). **NOTA DE EMPENHO:** 2018NE13005. **DATA DA ASSINATURA:** 27/12/2018. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Estadual nº 287/79. **Decreto nº 1.141/80 e Arts. 59 e 60, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO Nº:** E-12/061/104824/2018.**

M 2119631

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2018. **ASSINATURA:** 18/12/2018.
PARTES: LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - LOTERJ (CONTRATANTE) e a empresa VALDI SOUZA FILS. S.A. (CONTRATADA).
OBJETO: Consiste o objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato nº 009/2018, relativo à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão gráfica para bilhetes de loteria instantâneas, na forma do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e do instrumento convocatório, com fundamento no inciso I alínea b do art. 65, c/c do art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 237.878,55 (duzentos e trinta e sete mil e setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
EMPENHO: 2018NE00571.
FUNDAMENTO: Art. 65 inciso I, alínea b, c/c do art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93. Lei nº 287/79. Decretos nº 3.149 de 28.04.1980 e alterações.
PROCESSOS Nº: E-12/080/802/2018.
Omissão no D.O. de 18.12.2018.

M 2119699

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas.
PARTES: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJ e D9-2 Comércio, Serviços e Locações Ltda.
OBJETO: Ajustar as contas relativas a prestação de serviços de locação de estações de trabalho prestados no período de 18/08/2018 a 17/11/2018.
VALOR: R\$ 99.351,00 (noventa e nove mil trezentos e cinquenta e um reais).
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2018.
FUNDAMENTO DO ATO: Art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-12/174/100421/2018.

M 2119697

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Convênio.
PARTES: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJ e o Município de Paraty.
OBJETO: Colaboração entre os convenientes para a interligação dos sistemas de informática da JUCERJ e do MUNICÍPIO, mediante a implantação do projeto denominado REGIM, visando a conexão de dados de acesso a pesquisas muitas interligadas entre a base de dados da JUCERJ e o MUNICÍPIO.
DATA DA ASSINATURA: 26 de dezembro de 2018.
FUNDAMENTO DO ATO: Lei nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-12/174/100160/2018.

M 2119698

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas.
PARTES: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJ e D9-2 Comércio, Serviços e Locações Ltda.
OBJETO: Ajustar as contas relativas a prestação de serviços de locação de 125 (cento e vinte e cinco) estações de trabalho prestados no período de 25/04/2018 a 24/10/2018.
VALOR: R\$ 184.897,50 (cento e oitenta e quatro mil e oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2018.
FUNDAMENTO DO ATO: Art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: E-12/174/100318/2018.

M 2119698

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Apólice de Seguro Fiança Locação nº 0746/91-32.96-0. **PARTES:** CODIN e Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. **OBJETO:** Contratação de Seguro Fiança Locação para o imóvel locado pela CODIN, localizado à Rua Branco, nº 45, salas 901, 906 e 907, Centro, Rio de Janeiro-RJ. CEP: 20031-141, em atendimento à Cláusula Décima Quinta do Contrato de Locação nº 014/18. **PRAZO:** 30 (trinta) meses, compreendidos entre 30/11/2018 a 30/04/2021. **VALOR:** R\$ 3.368,93 (três mil trezentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos). **NOTA DE EMPENHO:** 2018NE0054. **FUNDAMENTO DO ATO:** Alínea "f" do inciso II do artigo 94 do Regulamento de Licitação da CODIN anexo à alínea "f" do inciso II do artigo 30 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2015. **PROCESSO CODIN Nº:** E-12/168/10005/18.

M 2119699

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, no uso de suas atribuições, comunica que, diante de erro material de digitação no Edital de abertura de 27/12/2018, referente ao Pregão Eletrônico nº 036/2018.
Onde se lê: **PROCESSO Nº:** E-12/079/03/2018.
Leia-se: **PROCESSO Nº:** E-12/079/03/2018.
As demais disposições permanecem inalteradas.

M 2119699

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2018
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Solução de Segurança de Perímetro contemplando os serviços de instalação, configuração, transferência de conhecimento e suporte técnico para assegurar a continuidade dos serviços de TI, prestado no ambiente tecnológico da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IOERJ conforme especificado e quantificado na Proposta-Detanha (Anexo II) e Termo de Referência (Anexo VI).
DATA: 11/01/2019 - HORÁRIO: 15h.
LOCAL: www.licitacoes.caixa.gov.br
PROCESSO Nº: E-13/007/0063/2018.

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br.

M 2119697

Secretaria de Estado de Governo

CÂMARA METROPOLITANA DE INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Convênio de Cooperação Técnica.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DO GEGM/SEGOV e o MUNICÍPIO DE MARCÁ.
OBJETO DO ACORDO: Inclusão do Município de Maricá no Projeto Geovias Metropolitana.
DATA DA ASSINATURA DO ACORDO: 27/12/2018.
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses.
FUNDAMENTO: Artigo 116, da Lei nº 8666/1993.
PROCESSO Nº: E-15/001/100160/2018.
INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DO GEGM/SEGOV e o MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.
OBJETO DO ACORDO: Inclusão do Município de Duque de Caxias no Projeto Geovias Metropolitana.
DATA DA ASSINATURA DO ACORDO: 29/11/2018.
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses.
FUNDAMENTO: Artigo 116, da Lei nº 8666/1993.
PROCESSO Nº: E-15/001/100160/2018.
INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DO GEGM/SEGOV e o MUNICÍPIO DE RIO BONITO.
OBJETO DO ACORDO: Inclusão do Município de Rio Bonito no Projeto Geovias Metropolitana.
DATA DA ASSINATURA DO ACORDO: 22/11/2018.
PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses.
FUNDAMENTO: Artigo 116, da Lei nº 8666/1993.
PROCESSO Nº: E-15/001/100160/2018.

INSTRUMENTO: Recadimento Definitivo da execução do Contrato nº 011/2018.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Estado de Governo / Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Estado de Governo / UGP Metropolitana - Unidade Gestora do Programa Projeção II - Rometropólie e a empresa EIRELI MOREIRA AUDITORES.
RESUMO DO OBJETO: Termo de recadimento definitivo da execução de serviços técnicos especializados de auditoria externa no âmbito do Programa Pro-Gestão II - Rio Metrópole dos períodos de 2014/2015 a 2018 e 2017.
DATA DO RECEBIMENTO: 02/05/2018.
FUNDAMENTO: Artigo 73, I, b, da Lei nº 8666/1993.
PROCESSO Nº: E-15/001/100160/2018.
Omissão no D.O. de 05/05/2018.

INSTRUMENTO: Recadimento Definitivo da execução do Contrato nº 06/2018.
PARTES: Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Estado de Governo / Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Estado de Governo / UGP Metropolitana - Unidade Gestora do Programa Projeção II - Rometropólie e a empresa UHY MOREIRA AUDITORES.

RESUMO DO OBJETO: Termo de recadimento definitivo da execução de serviços técnicos especializados de auditoria externa no âmbito do Programa Pro-Gestão II - Rio Metrópole dos períodos de 2014/2015 a 2018 e 2017.
DATA DO RECEBIMENTO: 02/05/2018.
FUNDAMENTO: Artigo 73, I, b, da Lei nº 8666/1993.
PROCESSO Nº: E-15/001/100160/2018.
Omissão no D.O. de 05/05/2018.

M 2119699

CÂMARA METROPOLITANA DE INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

IDENTIFICAÇÃO: Acordo de Cooperação Técnica.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR INTERMÉDIO DO GEGM/SEGOV e a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU.
OBJETO DO ACORDO: Visar identificar os ramais de trens urbanos desativados dentro da região metropolitana e, a partir disso, desenvolver um estudo para aproveitamento dessas áreas remanescentes a fim de implantar corredores destinados à mobilidade e desenvolvimento urbano e econômico da região.
DATA DA ASSINATURA DO ACORDO: 27/12/2018.
PRAZO: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.
FUNDAMENTO: Artigo 116, da Lei nº 8666/1993.
PROCESSO Nº: E-15/001/100173/2018.

M 2119699

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 041/2018.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO e a empresa AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/B - EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de auditoria externa independente do Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro (Pro-Gestão) dos exercícios de 2016 e 2017.

PRAZO: 02 (dois) meses, a partir da data da publicação no DOERJ.

VALOR: R\$ 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2016.

NATUREZA DAS DESPESAS: 3390.35.01.

NOTA DE EMPENHO: 2018NE00431.

DATA DA ASSINATURA: 13/12/2018.

FUNDAMENTO: Lei nº 8.866/1993.

PROCESSO Nº: E-04/208/10009/2018

M 2154091

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 049/2018.

PARTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através do FUNDO ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e manutenção de produtos que atendam às necessidades da SEFAZ.

PRAZO: 12 (doze) meses, contar a partir de 19/12/2018.

VALOR: R\$ 16.878,90 (dezesseis mil oitocentos e setenta e sete reais e noventa centavos).

PROGRAMA DE TRABALHO: 04.123.0002.2453.

NATUREZA DAS DESPESAS: 3392.39.05.

NOTA DE EMPENHO: 2018NE01240.

DATA DA ASSINATURA: 19/12/2018.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993.

PROCESSO Nº: E-04/172/10007/2018.

M 2158182

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DO INTERIOR

CAMPOS DOS GOYTACAZES - AFR 10.01

EDITAIS

O AUDITOR FISCAL CHEFE REGIONAL DA AFR- 10.01 - CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais, comunica ao contribuinte abaixo, a lavatura dos Autos de Infração nºs 03.581452-4 e 03.581453-2.

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: 79.244.805

RAZÃO SOCIAL: MIRIAM PAES DOS SANTOS-ME

CNPJ Nº: 12.949.057/0001-10

PROCESSO ADMINISTRATIVO: E-04/211/002805/2018 e E-04/211/002808/2018

Prazo para Impugnação: 30 dias, a partir da data da publicação deste Edital.

O processo está disponível para consulta do interessado na AFR 10.01, Av. Alberto Torres, nº 80, Centro, Campos dos Goytacazes - RJ, no horário de 10h às 16h, no setor de Processo Administrativo Tributário da repartição.

O AUDITOR FISCAL CHEFE REGIONAL DA AFR- 10.01 - CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais, comunica ao contribuinte abaixo, a lavatura dos Autos de Infração nºs 03.581449-9 e 03.581450-6.

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: 79.210.811

RAZÃO SOCIAL: A M PEREIRA SUPERMERCADO LIDER EIRELI-ME

CNPJ Nº: 12.703.958/0001-63

PROCESSO ADMINISTRATIVO: E-04/211/002667/2018 e E-04/211/002691/2018

Prazo para Impugnação: 30 dias, a partir da data da publicação deste Edital.

O processo está disponível para consulta do interessado na AFR 10.01, Av. Alberto Torres, nº 80, Centro, Campos dos Goytacazes - RJ, no horário de 10h às 16h, no setor de Processo Administrativo Tributário da repartição.

O AUDITOR FISCAL CHEFE REGIONAL DA AFR- 10.01 - CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais, comunica ao contribuinte abaixo, a lavatura dos Autos de Infração nºs 03.582812-6 e 03.582813-6.

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: 79.606.480

RAZÃO SOCIAL: ATLANTICA ACOS DO BRASIL S/A

CNPJ Nº: 12.801.627/0004-20

PROCESSO ADMINISTRATIVO: E-04/211/002929/2018 e E-04/211/002944/2018

Prazo para Impugnação: 30 dias, a partir da data da publicação deste Edital.

O processo está disponível para consulta do interessado na AFR 10.01, Av. Alberto Torres, nº 80, Centro, Campos dos Goytacazes - RJ, no horário de 10h às 16h, no setor de Processo Administrativo Tributário da repartição.

O AUDITOR FISCAL CHEFE REGIONAL DA AFR- 10.01 - CAMPOS DOS GOYTACAZES, no uso de suas atribuições legais, comunica ao

contribuinte abaixo, a lavatura dos Autos de Infração nºs 03.582809-4, 03.582810-2 e 03.582811-0.

INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº: 79.819.697

RAZÃO SOCIAL: MERCANTIL BREDIA COMERCIO DE BEBIDAS LTDA EPP

CNPJ Nº: 17.265.645/0001-59

PROCESSO ADMINISTRATIVO: E-04/211/002896/2018 e E-04/211/002894/2018 e E-04/211/002893/2018

Prazo para Impugnação: 30 dias, a partir da data da publicação deste Edital.

O processo está disponível para consulta do interessado na AFR 10.01, Av. Alberto Torres, nº 80, Centro, Campos dos Goytacazes - RJ, no horário de 10h às 16h, no setor de Processo Administrativo Tributário da repartição.

M 2158064

SUBSECRETARIA DE GESTÃO

EXTRATOS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 007/2018.

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de Material de Escritório - artigos à base de papéis.

PARTE: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ / PARCÓ PAPELARIA LTDA.

CNPJ Nº: 09.214.053/0001-29

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir desta publicação.

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2018

FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico PERP 15/18 - Processo nº E-04/120/77/2017.

TABELA DE ITENS - ATA DE RP SEFAZ Nº 007/2018

O SUBSECRETÁRIO GERAL DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, vem divulgar que a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 007/2018 cujo objeto é o fornecimento de material de escritório com os itens abaixo tabelados, tem validade de 12 (doze) meses contados a partir desta publicação, e que o Gestor da Ata é o servidor MARCOS SANDRO BRAGA FERNANDES, que poderá ser contatado pelo telefone (21) 2333-3378. Informações detalhadas estão disponíveis para consulta e download de documentos no Portal de Compras SIGA (www.compras.rj.gov.br), segundo a aba SRP/AB/ATAs de Registro de Preços/Ata 007/2018/200100-01. Comunicamos também que os órgãos e entidades ao efetuarem aquisições no âmbito do Registro de Preços, deverão observar as determinações contidas no art. 5º, inciso I, alínea "b" de Deliberação TCE nº 244 de 18/12/2007.

Empresa Compromissária	PARCÓ PAPELARIA LTDA	CNPJ: 09.214.053/0001-29
Endereço	Rua Campo de São Cristóvão, 87, Bairro São Cristóvão, Rio de Janeiro	
Contatos	Sr. Edson Azevedo / Fabio Salazar / Emanuel Sampaio - Telefone: (21) 3874-6532 E-mail: edson.azevedo@parco.com.br / fabio.salazar@parco.com.br / emanuel.sampaio@parco.com.br	

ITEM	CÓDIGO ID	BEM / MATERIAL / PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO
01	Código do Item: 7530.051.0010 (ID - 120237)	PAPEL CONTACT, MATERIAL LAMINA: CLORETO POLIVINILA, MATERIAL VERSO: PAPEL SILICONADO, LARGURA: 45 CM, COMPRIMENTO: 10 M, COR / ESTAMPADO: TRANSPARENTE	PLASTIFIX	UN	R\$ 30,00
06	Código do Item: 7520.030.0020 (ID - 71363)	PAPEL RECAUDO, TIPO: AUTOADESIVO, DIMENSÃO (L X C): 76X76 MM, COR: AMARELO, FORNECIMENTO: BLOCO 100 FL.	KIT	UN	R\$ 2,30
07	Código do Item: 7520.030.0022 (ID - 71365)	PAPEL RECAUDO, TIPO: AUTOADESIVO, DIMENSÃO (L X C): 76X102 MM, COR: AMARELO, FORNECIMENTO: BLOCO 100 FL.	KIT	UN	R\$ 3,00

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 008/2018.

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de Material de Escritório - artigos à base de papéis.

PARTE: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ/DCD DISTRIBUIDORA COMERCIAL DE DESCARTÁVEL E SERVIÇOS EIRELI EPP, CNPJ nº 10.729.850/0001-32.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir desta publicação.

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2018

FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico PERP 15/18 - Processo nº E-04/120/77/2017.

TABELA DE ITENS - ATA DE RP SEFAZ Nº 008/2018

O SUBSECRETÁRIO GERAL DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, vem divulgar que a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 008/2018, cujo objeto é o fornecimento de material de escritório - artigos à base de papéis, com os itens abaixo tabelados, tem validade de 12 (doze) meses contados a partir desta publicação, e que o Gestor da Ata é o servidor MARCOS SANDRO BRAGA FERNANDES, que poderá ser contatado pelo telefone (21) 2333-3378. Informações detalhadas estão disponíveis para consulta e download de documentos no Portal de Compras SIGA (www.compras.rj.gov.br), segundo a aba SRP/AB/ATAs de Registro de Preços/Ata 008/2018/200100-01. Comunicamos também que os órgãos e entidades ao efetuarem aquisições no âmbito do Registro de Preços, deverão observar as determinações contidas no art. 5º, inciso I, alínea "b" de Deliberação TCE nº 244 de 18/12/2007.

Empresa Compromissária	DCD DISTRIBUIDORA COMERCIAL DE DESCARTÁVEL E SERVIÇOS EIRELI EPP	CNPJ: 10.729.850/0001-32
Endereço	Rua Barão de Salazar, 1684, Centro, Maricá / RJ	
Contatos	Sr. Luciano Loyola Lucena de Souza - Telefone: (21) 2696-9823 E-mail: dcdscaravel@gnml.com	

ITEM	CÓDIGO ID	BEM / MATERIAL / PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO
03	Código do Item: 7530.022.0194 (ID - 147933)	ENVELOPE SACO, TIMBRE SEM TIMBRE, MATERIAL: KRAFT, COR: PARDO, FECHAMENTO: N/A, GRAMATURA: 70 A 100 G/M², LARGURA: 260 A 370 MM, COMPRIMENTO: 360 A 370 MM, FORMA: FORNECIMENTO	PECOL	UN	R\$ 0,23
06	Código do Item: 7520.030.0020 (ID - 71363)	PAPEL RECAUDO, TIPO: AUTOADESIVO, DIMENSÃO (L X C): 76X76 MM, COR: AMARELO, FORNECIMENTO: BLOCO 100 FL.	JOCAR OFFICE	UN	R\$ 2,62

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 009/2018

OBJETO: Registro de Preços para fornecimento de Material de Escritório - artigos à base de papéis.

PARTE: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ/SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA EPP, CNPJ nº 18.589.619/0001-49.

PRAZO: 12 (doze) meses contados a partir desta publicação.

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2018

FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico PERP 15/18 - Processo nº E-04/120/77/2017.

TABELA DE ITENS - ATA DE RP SEFAZ Nº 009/2018

O SUBSECRETÁRIO GERAL DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, vem divulgar que a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 009/2018, cujo objeto é fornecimento de material de escritório - artigos à base de papéis, com o item abaixo tabelado, tem validade de 12 (doze) meses contados a partir desta publicação, e que o Gestor da Ata é o servidor MARCOS SANDRO BRAGA FERNANDES, que poderá ser contatado pelo telefone (21) 2333-3378. Informações detalhadas estão disponíveis para consulta e download de documentos no Portal de Compras SIGA (www.compras.rj.gov.br), segundo a aba SRP/AB/ATAs de Registro de Preços/Ata 009/2018/200100-01. Comunicamos também que os órgãos e entidades ao efetuarem aquisições no âmbito do Registro de Preços, deverão observar as determinações contidas no art. 5º, inciso I, alínea "b" de Deliberação TCE nº 244 de 18/12/2007.

Empresa Compromissária	SOMAR RIO DISTRIBUIDORA LTDA EPP	CNPJ: 18.589.619/0001-49
Endereço	Rua Marechal Deodoro, 181-B, Centro, Niterói / RJ	
Contatos	Sra. Evelyn Marques - Telefone: (21) 3608-7833 E-mail: somario.distribuidora@gmail.com	

ITEM	CÓDIGO ID	BEM / MATERIAL / PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO
04	Código do Item: 7530.051.0010 (ID - 120237)	PAPEL CONTACT, MATERIAL LAMINA: CLORETO POLIVINILA, MATERIAL VERSO: PAPEL SILICONADO, LARGURA: 45 CM, COMPRIMENTO: 10 M, COR / ESTAMPADO: TRANSPARENTE	LEO F IFO	UN	R\$ 34,99

M 2164100